

Artigo

Redistribuir o tempo de trabalho

Avanços técnico-científicos deste começo de século criam nas sociedades modernas condições superiores para a reorganização econômica e trabalhista. De um lado, o aparecimento de novas fontes de geração de riqueza, cada vez mais deslocadas do trabalho material, impõe saltos significativos de produtividade. Isso porque o trabalho imaterial liberta-se da existência prévia de um local apropriado para o seu desenvolvimento, conforme tradicionalmente ocorre em fazendas, indústrias, canteiros de obras, escritórios e supermercados, entre tantas outras formas de organização econômica assentadas no trabalho material.

Com a possibilidade de realização do trabalho imaterial em praticamente qualquer local ou horário, as jornadas laborais aumentam rapidamente, pois não há, ainda, controles para além do próprio local de trabalho. Em muitos casos, começa a haver quase equivalência entre o tempo de trabalho desenvolvido no local e o realizado fora dele. Com o computador, a internet, o celular, entre outros instrumentos que derivam dos avanços técnico-científicos, o trabalho volta a assumir maior parcela no tempo de vida do ser humano.

Para que os próximos anos possam representar uma perspectiva superior à que se tem hoje, torna-se necessário mudar o curso originado no passado. Ou seja, o desequilíbrio secular da gangorra social. Enquanto na ponta alta da gangorra estão os 10% mais ricos dos brasileiros, que concentram três quartos de toda a riqueza contabilizada ("Os Ricos no Brasil", Cortez, 2003), há apenas 6% da população que responde pela propriedade dos principais meios de produção da renda nacional ("Proprietários: Concentração e Continuidade", Cortez, 2009).

Em 2007, por exemplo, a cada dez trabalhadores brasileiros, havia um com jornada zero de trabalho (desempregado) e quase cinco com jornadas de trabalho superiores à jornada oficial (hora extra). Além disso, quatro em cada grupo de dez trabalhadores tinham jornadas de trabalho entre 20 e 44 horas semanais, e um tinha tempo de trabalho inferior a 20 horas por semana.

O pleno emprego da mão de obra poderia ser alcançado no Brasil a partir de uma nova divisão das jornadas de trabalho, desde que mantido o nível geral de produção. A ocupação de mais trabalhadores e a ampliação do tempo de trabalho dos subocupados poderia ocorrer simultaneamente à diminuição da jornada oficial de trabalho e do tempo trabalhado acima da legislação oficial (hora extra).

Com redistribuição do tempo de trabalho, o reequilíbrio da gangorra social torna-se possível.

Márcio Pochmann, economista, presidente do IPEA e professor licenciado do Instituto de Economia e da Unicamp

Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução do Salário

Reduzir a jornada é gerar empregos



Matéria na página 2

Santander: lideranças exigem retomada das negociações

Durante audiência pública realizada no dia 5/11, dirigentes sindicais cobraram mais respeito com os trabalhadores (pág. 3)

Dirigente do SEEB/CE sugere atuação conjunta da PREVI / CASSI

As duas instituições contrataram uma consultoria para estudar a viabilidade para a construção de complexos hospitalares em todo o País (pág. 3)

Trabalhadores do Ceará participam da 6ª Marcha à Brasília

Na última semana, uma série de mobilizações foram realizadas, tais como carreata, adesivações e audiência pública na Assembleia Legislativa (pág. 5)

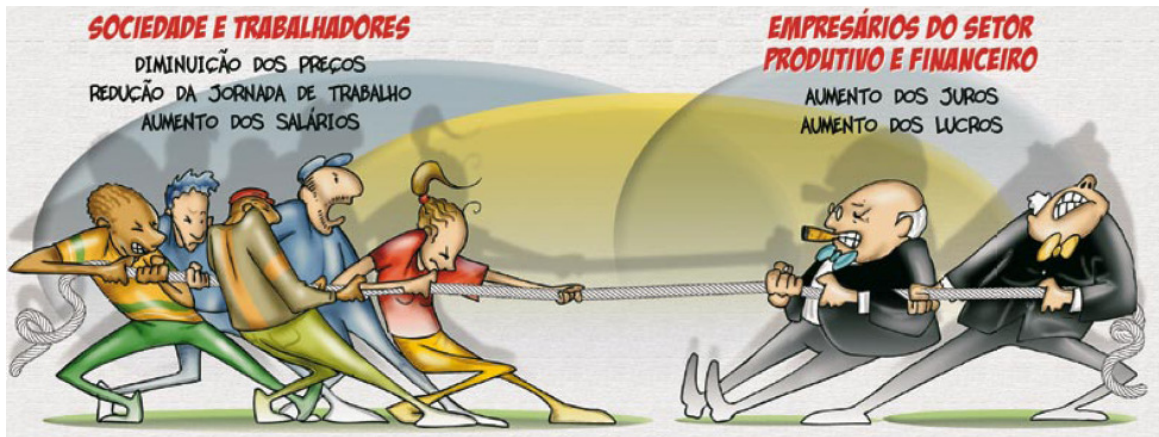
BNB: PLR e compensação das horas de greve

A CNFBNB estuda medidas para obrigar o Banco a restituir as horas da greve compensadas antes do prazo e esclarece sobre a PLR (pág. 5 e 6)

Bancários do HSBC indignados com a parcela da PLR



Na semana passada, vários atos, manifestações de protestos e paralisações foram realizados em todo o País, para mostrar a indignação da categoria pela manobra feita pelo Banco para reduzir a parcela da PLR devida aos seus funcionários. Eles querem a reabertura das negociações imediatamente (pág. 5)



Reduz para 40 que o Brasil aumenta: melhorar o emprego e a vida do trabalhador

A principal bandeira de luta deste ano da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Reduz para 40 que o Brasil aumenta – é uma campanha pela aprovação do projeto da redução da jornada de trabalho nacional de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, que precisa ser votado na Câmara e no Senado para seguir para sanção presidencial e virar lei. A luta é também pelo aumento do adicional da hora extra de 50% para 75% do valor da hora trabalhada, conforme a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 231/95, de autoria do então deputado, hoje senador, Inácio Arruda (PCdoB/CE).

O relator da matéria, deputado federal Vicente Paulo da Silva (PT/SP), o Vicentinho, deu parecer favorável à PEC e agora só falta a votação no Congresso Nacional. Porém, os parlamentares ligados ao empresariado estão articulados e querem derrubar a PEC. Não é novidade alguma, pois, desde o século XVIII, quando as jornadas eram de 16 horas diárias, toda vez que os trabalhadores lutaram pela redução da carga horária trabalhada, os patrões argumentaram que as empresas não resistiriam.

Os patrões não levam em consideração o desenvolvimento tecnológico e a qualificação dos trabalhadores, fatores que possibilitaram um aumento excepcional da produtividade. Todavia, esses ganhos de produtividade foram apropriados quase exclusivamente pelas empresas. Essa riqueza não distribuída poderia ter sido compartilhada através da redução de preços e impostos, da melhoria dos salários e das condições de trabalho, em especial a redução da jornada.

Logo, o desafio presente, que

Veja abaixo, o que representa a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários, para a classe trabalhadora e para o Brasil

Preservar e criar novos empregos de qualidade – A redução da jornada de trabalho é um dos instrumentos para geração de novos postos de trabalho e a consequente redução das altas taxas de desemprego. Se todos trabalharem um pouco menos, todos poderão trabalhar.

Aumento do número de doenças – Em função das jornadas extensas, intensas e imprevisíveis, os trabalhadores têm ficado cada vez mais doentes (estresse, depressão, hipertensão, distúrbios no sono e lesão por esforços repetitivos, por exemplo).

Instrumento de distribuição de renda – A redução da jornada de trabalho é uma das formas de os trabalhadores se apropriarem dos ganhos de produtividade, logo, é um dos instrumentos para a distribuição de renda no País.

Tempo dedicado ao trabalho muito extenso – Além do tempo gasto no local de trabalho (em torno de 11 horas: sendo 8 de jornada normal +/- 2 de hora extra e +/- 1 de almoço), há ainda os tempos dedicados ao trabalho, mesmo que fora do local de trabalho, entre eles: – o tempo de deslocamento entre casa e trabalho; – o tempo utilizado nos cursos de qualificação que são cada vez mais demandados pelas empresas e realizados, normalmente, fora da jornada de trabalho; – o tempo utilizado na execução de tarefas de trabalho fora do tempo e local de trabalho (que em muito tem sido facilitada pela utilização de celulares, notebooks e internet); – o tempo que os trabalhadores passam a pensar em soluções para o processo de trabalho, mesmo fora do local e da jornada de trabalho, principalmente a partir da ênfase dada à participação dos trabalhadores, que os leva a permanecer plugados no trabalho, mesmo distantes da empresa.

Pouco tempo livre – Logo, em função do grande tempo ocupado direta e indiretamente com o trabalho, sobra pouco tempo para o convívio familiar, o estudo, o lazer, o descanso e a luta coletiva.

Qualidade de vida – Finalmente, a redução da jornada de trabalho irá possibilitar que os trabalhadores, produtores das riquezas do Brasil e do mundo, possam trabalhar menos e viver melhor. Até para que outras pessoas também possam ter acesso ao trabalho e à vida, para que possam viver e não apenas sobreviver.

unifica todo o movimento sindical nacional, é o de transferir parcelas dos ganhos obtidos pelo setor produtivo aos trabalhadores a partir da

redução da jornada. Além disso, essa medida, de acordo com o DIEESE, tem o potencial de gerar 2,2 milhões de novos empregos.

CAIXA

Tribunal Superior do Trabalho condena Banco a pagar intervalo intrajornada a ex-empregado

A Caixa Econômica Federal foi condenada pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) a pagar a ex-bancário da empresa na Bahia 45 minutos referentes a intervalo intrajornada suprimido. A decisão, unânime, tomou por base sentença proferida pelo Tribunal do Trabalho da 5ª Região de Salvador (BA), que havia excluído da condenação o valor da hora normal de trabalho com relação ao intervalo intrajornada. O entendimento do TRT/BA era de que o trabalhador tinha direito apenas ao adicional mínimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo em vista que sua jornada era superior a seis horas e o intervalo para descanso correspondente era de uma hora, nos

termos do artigo 71 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Recurso de revista foi apresentado ao TST. Para isso, o trabalhador, que aderiu a um plano de demissão voluntária, requereu o pagamento das horas extras efetivamente trabalhadas, com o adicional de 50% e ainda 45 minutos equivalentes ao intervalo intrajornada suprimido, com adicional de 50% pelo descumprimento da norma da CLT. Os ministros do TST deram razão ao bancário. A alegação foi de que, “após a edição da lei nº 8.923/94, a não-concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da

remuneração da hora normal de trabalho (artigo 71 da CLT)”.

Desse modo, a Terceira Turma do TST determinou o pagamento de 45 minutos referentes ao intervalo intrajornada, como solicitado pelo ex-empregado da Caixa. No entanto, os ministros do tribunal lembraram que, caso o trabalhador tivesse requerido o pagamento relativo a uma hora, não teria problema em recebê-lo.

A interpretação consolidada no TST é de que a remuneração do intervalo para refeição e descanso, quando descumprido, deve ser quitada mediante o pagamento integral do período correspondente, não levando em conta parte do intervalo eventualmente concedido pelo empregador.

ESTATUTO DO IDOSO

Temos que fazer valer a lei

O Estatuto do Idoso completou este ano seis anos de existência. Aprovado em setembro de 2003 e sancionado pelo presidente Lula, o documento assegura à população idosa direitos e garantias e institui penas severas para quem desrespeita ou abandona o cidadão da terceira idade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), para os países em desenvolvimento deve ser considerada população idosa aquela a partir dos 60 anos de idade.

O Brasil conta hoje com aproximadamente 15 milhões de pessoas nessa faixa etária. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indica que a população brasileira está ficando mais velha. Em todo o País, a proporção de brasileiros com 60 anos ou mais subiu de 10,5%, em 2007, para 11,1% da população em 2008.

Transporte público gratuito, desconto em eventos culturais e esportivos, preferência no atendimento, prioridade no trâmite de processos judiciais e administrativos, direito à moradia e garantia de acesso ao trabalho e renda. Essas são apenas algumas das garantias que a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso trazem.

No entanto, a informação é uma

das principais ferramentas de defesa do idoso, segundo a Coordenadora dos Aposentados do Estado do Ceará, Guirlanda de Fátima, que afirma que ainda há um descompasso entre o avanço das legislações e a real efetivação dos direitos. “A lei referente ao Estatuto do Idoso não recebeu alterações, mas a aplicação dela sim”, declara Guirlanda. Promoções de audiências públicas em algumas instituições com a finalidade de sensibilizar a população quanto aos direitos dos idosos e a criação este ano do Centro de Atendimento ao Idoso, localizado na Aldeota, foram algumas das medidas adotadas pelo Estado para melhorar o acesso do idoso às garantias que a lei lhes faculta.

“Todos devem saber que o idoso precisa de atendimento geriátrico prioritário na rede pública. Mas qual o hospital que cumpre isso? Temos que fazer valer a lei. Nem o conhecimento do direito à prioridade de vaga no assento do ônibus é cumprido, imagina as demais”, concluiu.

A Lei 10.741/03 – O Estatuto do Idoso, aprovada em setembro de 2003 e sancionada em 1º de outubro do mesmo ano, com vigência a partir de janeiro de 2004, destina-se a regular os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

DIREITOS:

– Aqueles com mais de 60 anos tem o direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade e igualdade. Também possuem o direito aos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais, de acordo com o art. 23.

– Cursos de profissionalização também fazem parte dos direitos dos idosos para que assim eles possam entrar com mais facilidade ao mercado de trabalho.

– No art. 34 há escrito que o idoso de 65 anos, que não possua meios para promover sua subsistência nem de tê-la

por sua família, o benefício mensal de um salário mínimo (R\$ 697,50), nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), uma vez que esse benefício representará uma “solução” imediata para as dificuldades financeiras enfrentadas pelos idosos.

– Ajuda na compra do imóvel

– Os transportes interestaduais devem disponibilizar duas vagas para os idosos com até 02 salários mínimos. Caso não haja mais vaga, o transporte deverá disponibilizar 50% de desconto no valor da passagem para esses idosos.

CRIMES:

• Aqueles que não disponibilizarem os direitos aos idosos são diretamente encaminhados ao Juizado Especial Criminal sem a necessidade de provas, caso sejam crimes do tipo maltrato verbal e paga uma multa, pois os idosos não podem ficar sem um responsável pelos cuidados deles.

• Aqueles que chamarem uma pessoa com mais de 60 anos de “velho” na rua são considerados criminosos de acordo com o art. 140.

• As empresas que não disponibilizarem os direitos aos idosos podem pagar uma multa de 6 a 3 anos. Já as pessoas que agredirem um idoso podem pagar pena de 2 a 4 anos.

SERVIÇO:

Queixas de violência podem ser feitas através do disque denúncia (08002755555), da Promotoria do idoso (3452.3752), do Centro Integrado de Atendimento e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa (3101.2728), do Conselho Regional de Assistência Social (0800.2851407) e do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (3101.1561).

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br

Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3253 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 - Fortaleza - Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino

Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Lidiane Pereira CE2295JP

Estagiários: Camila Queiroz e Darlano Didimo – Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG

Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

PREVI / CASSI desenvolvem estudo em conjunto, acatando sugestão de diretor do SEEB/CE

A Caixa de Previdência (Previ) e a Caixa de Assistência (CASSI) do Banco do Brasil – em parceria – contrataram uma consultoria para estudar a viabilidade operacional e financeira para a construção de complexos hospitalares em todo o País, acatando sugestão do diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará (SEEB/CE), Plauto Macêdo, por ocasião da apresentação do resultado Previ/2008 no auditório da Super em abril/2009.

A PREVI é investidor de longo prazo, com capacidade e interesse em alocar recursos em empreendimentos com retornos condizentes com o exigido pelo passivo atuarial e que atendam aos mais elevados padrões de responsabilidade socioambiental.

Por outro lado, a CASSI tem interesse em aprofundar estudos sobre modelos alternativos de atendimento aos seus associados, em especial quanto à possibilidade de que esse atendimento seja feito em unidades hospitalares e clínicas controladas ou administradas por entidades de previdência complementar, isoladamente ou com outros investidores.

Para Sérgio Rosa, presidente da PREVI, “é importante do ponto de vista institucional colaborar com o sucesso da



CASSI e examinar em conjunto alternativas de investimento em hospitais que possam representar boas oportunidades negociais”. Já Sérgio Riede, presidente da CASSI, classifica a parceria como um “marco histórico nas relações entre PREVI e CASSI, que têm público similar, e vai proporcionar um salto de qualidade no serviço oferecido ao participante”.

A consultoria irá dimensionar os potenciais ganhos obtidos com um eventual processo de verticalização do atendimento. A exemplo da experiência de outros agentes de mercado, a ideia é que toda a cadeia de apoio ao associado esteja do início ao fim com a CASSI, desde a gestão do plano de saúde, passando pelo atendimento médico, pela realização de exames e pela administração dos hospitais.

Seja construindo hospitais ou se associando a outros existentes, a parceria possibilitará que a CAS-

SI tenha governança sobre todo o processo de atendimento. Na prática, isso significa, de acordo com Riede, “melhor controle dos custos, adequação dos serviços e um maior poder de barganha para negociar no mercado de prestação de serviços de saúde. Ou seja, estamos cuidando da própria sustentabilidade ao longo do tempo”.

O diretor do SEEB/CE e funcionário do Banco do Brasil, Plauto Macêdo, ressalta a importância dessa parceria. “É uma ação que fortalece as instituições e beneficia os associados. Previ e Cassi estão atendendo a uma reivindicação antiga do funcionalismo do Banco do Brasil”. Esse é um caso típico de “ganha-ganha”, ou seja, uma parceria que traz benefícios reais tanto para a PREVI como para a CASSI, e, principalmente, para os milhares de associados que integram as duas instituições.

SANTANDER

Bancários querem retomada das negociações

Parlamentares e dirigentes de entidades sindicais e representativas dos bancários da ativa e aposentados cobraram da direção do Santander Brasil a retomada imediata das negociações, durante audiência pública realizada na manhã da quinta-feira, dia 5/11, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, da Câmara dos Deputados, em Brasília.

A sessão foi presidida pela deputada federal e ex-senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que havia requerido a reunião, em junho, após ter recebido carta da Contraf-CUT denunciando a ocorrência de demissões, o pagamento de bônus para executivos e de PLR rebaixada para os trabalhadores, e o desrespeito com os aposentados.

Convidado, o presidente do banco espanhol, Fábio Barbosa, não compareceu, mandando para representá-lo o superintendente de Relações Sindicais, Jerônimo dos Anjos. Também foram ouvidos os presidentes da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino, da Afubesp, Paulo Salvador, da Afabesp, Yoshimi Onishi, e o coordenador da Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa, Herbert Muniz. Ainda participaram outros dirigentes sindicais e diretores de Afabans.

Apesar do lucro, corte de 2.301 empregos – Carlos Cordeiro apresentou levantamento da Subseção do Dieese da Contraf-CUT, mostrando dados comparativos entre o balanço do primeiro semestre de 2009 e o de igual período do ano passado. “Houve crescimento em ativos, operações de crédito e tesouraria, receitas de prestação de serviços, patrimônio líquido e lucro líquido” apontou. Para o presidente da Contraf-CUT, “essa fusão só foi boa para o Santander e está sendo nefasta para os trabalhadores e a sociedade”. Ele defendeu a regulamentação do sistema financeiro e cobrou negociações sérias e respeito aos bancários. “É inaceitável que um aposentado tenha que entrar na Justiça para exigir seus direitos e, muitas vezes, morre sem receber o que lhe é devido”, disparou.

GARANTIA DE EMPREGO NOS PROCESSOS DE FUSÃO

Marcolino pediu a suspensão imediata das demissões e a manutenção dos direitos. “Queremos negociações sem perdas para os trabalhadores e a sociedade. Nas fusões e aquisições só quem está ganhando são os bancos. Precisamos de garantia de emprego durante essa transição”, frisou o presidente do Sindicato de São Paulo. Ele também defendeu a construção de um projeto de lei com mecanismos de proteção dos empregos nos

processos de fusões.

O sindicalista denunciou que o Santander possui cerca 40 mil processos trabalhistas, e a dispensa de funcionários está em 11,5% no ano de 2009, contra 6% no Itaú Unibanco, também em processo de fusão. “Não é por acaso que as maiores reclamações são contra o Santander e isso se reflete nos serviços, que são realizados de forma precária, sem valorização dos bancários”, disse.

ADITIVO E PPR – negociação travada – Vários representantes também se manifestaram. O secretário de imprensa da Contraf-CUT lembrou que o banco fechou o terceiro trimestre deste ano com lucro de R\$ 3,9 bilhões e cobrou a retomada imediata das negociações do Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010 e do Programa de Participação nos Resultados (PPR) referente ao exercício de 2009. A rodada marcada para o dia 22/10 foi cancelada pelo banco na véspera e, passadas duas semanas, nenhuma nova data foi agendada. Ademir também pediu a prorrogação dos aditivos do Santander e Real, vencidos no dia 30 de outubro, até a assinatura do novo instrumento coletivo, reiterando teor da carta enviada ao Santander no último dia 28 de outubro pela Contraf-CUT e entidades sindicais.

APOSENTADOS COBRAM NEGOCIAÇÕES DO PASSIVO

Os aposentados admitidos pelo Banespa até 22/5/75 também exigiram a retomada das negociações, visando discutir o passivo trabalhista. O coordenador da Comissão Nacional dos Aposentados do Banespa lembrou que, antes da privatização do banco, foram emitidos títulos públicos federais para pagar aposentadorias e pensões, mas acabaram sendo desbloqueados pelo Santander.

ENCAMINHAMENTOS – Ao final, foram apresentados os encaminhamentos da audiência pública, apontando as propostas formuladas pelos deputados e representantes das entidades: pedido de retomada das negociações pelo Santander com as entidades sindicais e representativas dos trabalhadores e aposentados; solicitação ao Santander para envio de cópia dos dados enviados ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, como forma de verificar a evolução do emprego e garantir transparência; pedido de fiscalização dos balanços do Santander pelo Banco Central; - realização de nova audiência pública dentro de 60 dias para acompanhar os encaminhamentos, convidando também o Banco Central.

JORNADA DE TRABALHO

CUT Ceará realiza mobilização para a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora

A Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT/CE) realizou, na última semana, uma série de mobilizações para congregar a população a participar das discussões sobre a redução da jornada de trabalho. Uma carreta, que teve início na Avenida da Universidade, percorreu os principais corredores da cidade e foi encerrada no Clube da Caixa em Messejana. O evento, que reuniu centenas de pessoas, aconteceu no sábado, 7/11, e foi um momento de confraternização entre os trabalhadores.

Já na sexta-feira, 6/11, as entidades sindicais realizaram uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará para discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/95, que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. De acordo com o presidente da CUT no Estado, Jerônimo Nascimento, “o projeto precisa ser votado na Câmara e no Senado para seguir para sanção presidencial e virar lei. Se for aprovado, o ganho social para o povo brasileiro vai ser significativo. A expectativa para a sua aprovação é grande, uma vez que recebemos o apoio da sociedade”.

Além da carreta e da audiência pública, os trabalhadores aproveitaram os preparativos para a Marcha Nacional e fizeram adesivagens em cruzamentos da cidade. Toda essa



mobilização integrou o calendário nacional de atividades do movimento operário, que deve culminar com a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, no próximo dia 11, em Brasília.

Diante da relevância do assunto,

o Sindicato dos Bancários do Ceará enviará os diretores Mateus Neto, Plauto Macêdo e Alfredo Amorim como representantes para esse momento tão importante da luta da classe trabalhadora.



Programa Microempreendedor Individual legaliza pequenos e garante benefícios previdenciários

Na sala de casa, Dona Marta Silva expõe vestidos e outros trajes de festas que foram confeccionados ao longo de 15 anos. Ela revela que, no início, eram apenas 10 peças. Com o passar do tempo e a propaganda da vizinhança, a freguesia foi aumentando e, hoje, Dona Marta conta com mais de 300 roupas prontas para serem alugadas.

Ela foi uma das mais de 12 mil pessoas que procuraram o balcão de atendimento do SEBRAE em busca de informações sobre o Programa de Microempreendedor Individual lançado pelo Governo Federal este ano. A categoria foi instituída pela Lei Complementar nº128 de 2008 e passou a ter validade em julho de 2009. Apesar da grande procura por informações, o programa – que tem o intuito de formalizar micro e pequenos empreendedores individuais e garantir direitos a esses trabalhadores – só teve 217 cadastros concluídos no Ceará.

De acordo com a coordenadora do atendimento presencial do Microempreendedor Individual do SEBRAE, Alice Mesquita, esse número é considerado baixo e deve ser atribuído, principalmente, aos problemas técnicos do portal de cadastro, que não suportou o grande número de acessos. “Tivemos problemas com o portal, mas ele já está sendo melhorado. Daqui para o final do ano, o governo deve lançar uma nova versão”, esclarece.

Alice comenta ainda que, quando os defeitos técnicos forem solucionados, o governo deve ampliar o número de estados atendidos pelo programa. “Hoje, apenas os microempreendedores de Brasília, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Ceará podem aderir ao Microempreendedor Individual”, completa.

O programa pretende atingir um milhão e meio de pessoas só no Ceará. Está habilitado a aderi-lo quem tiver um pequeno negócio e fature até 36 mil reais por ano, que trabalhe sozinho ou tenha, no máximo,



Os microempreendedores individuais podem buscar informações sobre o programa no SEBRAE



Marta Silva (foto) é uma das empreendedoras que pode aderir ao programa do Governo

um funcionário ou ajudante. Dona Marta Silva enquadra-se nesse perfil e se diz esperançosa com o novo projeto. “Eu nunca tinha me cadastrado como microempreendedora porque os encargos são muito altos. E nesse outro (programa) não”. De acordo com o governo federal, o único imposto pago pelo microempreendedor individual é uma taxa de R\$ 57,15.

Para o consultor de atendimento empresarial, Paulo Grangeiro, há duas vantagens em se cadastrar no programa: “a primeira é do ponto de vista empresarial, pois o empreendedor passa a ter um CNPJ e pode comprar de fornecedores que só

negociam com pessoas jurídicas. Ele afirma ainda que, com a formalização, a pessoa passa a ter acesso a serviços financeiros com taxas de juros mais baixas. “Além de todas essas vantagens, essas pessoas vão passar a ter o amparo da Previdência Social”, ressalta.

São, ao todo, 31 postos de esclarecimentos no Ceará. O cadastro, no entanto, é feito diretamente no portal www.portaldoempreendedor.gov.br. De acordo com a Junta Comercial do Ceará, de setembro a outubro deste ano, 4.254 pessoas apresentaram intenção de se formalizar e 1.928 entraram no portal e fizeram a reserva da razão social.

DESENVOLVIMENTO

Lula promete que Brasil será a 5ª economia do mundo em 2020

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que os próximos anos serão decisivos para o Brasil. Ele acredita que, até 2020, o País deve tornar-se a quinta maior economia do mundo, em decorrência dos recursos obtidos com o petróleo da camada pré-sal e dos investimentos necessários para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro. “Vou lhe dizer uma coisa que você pode anotar no seu papel aí e pode me cobrar: penso que entre 2016 e no máximo 2020, o Brasil vai ser a quinta economia do mundo”, afirmou. “Vai ser uma economia forte, vai ser um país desenvolvido do ponto de vista educacional, e será um País muito mais democrático do que é hoje”, completou.

Lula declarou ainda que pretende levar a Copenhague, na conferência sobre o clima, a proposta brasileira de reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia, além de exibir, como trunfo, a matriz energética do País. O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e da soja, promovido pelo governo, é outra carta na manga. Apesar disso, o presidente afirmou que o Brasil pretende buscar um acordo factível entre todos os países. Veja a entrevista:

CRISE – Acredito que saímos da crise rapidamente porque começamos a trabalhar sem saber, em 2007, que haveria uma crise. Fizemos fortes investimentos em infraestrutura, quando a crise surgiu criamos políticas anticíclicas, o Estado assumiu um importante papel para ajudar no crédito e a financiar setores específicos da economia. Também facilitamos, ao reduzir impostos de vários produtos como automóveis, máquinas de lavar, produtos agrícolas e material de construção. Isso nos ajudou a entrar na crise por último e a ser o primeiro a sair.

DURAÇÃO E SUSTENTABILIDADE – Vamos abdicando dessas medidas quando cada setor estiver estável e percebermos que a produção estiver estável. Não trabalhamos com a ideia de que a crise acabou, mas com a de que ela pode ser contornada e estamos fazendo isso com muito cuidado. Acredito que, porque temos investimentos em diversas atividades econômicas, nosso crescimento será de 5% ou mais e que nosso crescimento será sustentável nos próximos anos.

INVESTIMENTOS PRIVADOS – Estou em Londres para convencer

investidores privados de que há oportunidades no Brasil. Fui a Nova York, depois vou à Alemanha na terça, e ano que vem para a Espanha. Porque temos muitos projetos, seja em petróleo, em construção civil, em estradas e trem de alta velocidade. Queremos convencer os investidores estrangeiros a vir ao Brasil ajudar a nos desenvolver ainda mais.

REFORMAS FISCAIS E TRABALHISTAS – É bem possível que o Brasil ainda tenha de fazer ajustes em muitas áreas como outros países precisam. Veja, não tem nenhum país no mundo com a solidez da política fiscal que o Brasil tem. Nenhum. Obviamente que temos uma proposta de reforma tributária no Congresso, que deve votá-la quando entender que deve.

COP-15 E PROPOSTAS – O Brasil tem uma proposta pública que é parte de meu discurso que fiz em 23 de setembro passado. É o compromisso de diminuir o desmatamento na Amazônia em 80% em 2020. Gostaríamos de levar a Copenhague o significado da matriz energética brasileira, dos biocombustíveis, do etanol, o zoneamento agroecológico que estamos fazendo da cana-de-açúcar, da soja e do dendê. Ou seja, o Brasil quer dar sua contribuição para que o planeta não fique com o aquecimento que está agora e, quem sabe, não só manter como está ou até diminuir o aquecimento global, e queremos construir um acordo.

BRASIL EM 20 ANOS – Vou lhe dizer uma coisa que você pode anotar no seu papel aí e pode me cobrar: penso que entre 2016 e no máximo 2020, o Brasil vai ser a quinta economia do mundo. Vai ser uma economia forte, vai ser um país desenvolvido do ponto de vista educacional, e será um país muito mais democrático do que é hoje. Desafios - Os desafios são fazer os investimentos que o Brasil precisa fazer. Temos a Copa do Mundo em 2014, a Olimpíada de 2016 e um grande programa de investimentos para o pré-sal que vai começar a extrair o grosso do petróleo exatamente em torno de 2016 e 2017. Então, penso que temos de aproveitar esse momento glorioso e quase mágico na história brasileira para que a gente não faça nenhuma bobagem, faça as coisas certas para que a gente colha, para nossos filhos, aquilo que não recebemos de nossos pais.



COMO SE CADASTRAR?

A formalização é feita pela internet no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br. Ao se cadastrar, o CNPJ, o número de inscrição na Junta Comercial, no INSS e um documento de alvará que equivale ao alvará de funcionamento são obtidos imediatamente, gerando um documento que deve ser impresso, assinado e encaminhado à Junta Comercial acompanhado de cópia da Identidade e do CPF.

QUAL O CUSTO DA FORMALIZAÇÃO?

Após a formalização, o empreendedor terá o seguinte custo:

Para a Previdência: R\$ 51,15 por mês (representa

11% do salário mínimo que é reajustado no início de cada ano);

Para o Estado: R\$ 1,00 fixo por mês se a atividade for comércio ou indústria;

Para o Município: R\$ 5,00 fixos por mês se a atividade for prestação de serviço.

QUAIS AS VANTAGENS DA FORMALIZAÇÃO?

Além de poder negociar com empresas que vendem exclusivamente para pessoas jurídicas, o microempreendedor individual tem a cobertura previdenciária para ele (direito à aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade) e para a família dele (pensão por morte e auxílio reclusão).

Bancários estão revoltados com a PLR paga pelo HSBC

A revolta dos bancários começou assim que o banco anunciou os valores da PLR. Numa manobra administrativa, o HSBC reduziu o lucro do semestre passado de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 249,7 milhões. Esta maquiagem, garantida com o provisionamento de quase todo o lucro, derrubou a PLR em 26,22% na primeira parcela.

Os bancários estão mobilizados e já realizaram vários protestos e paralisações para que o HSBC reabra imediatamente as negociações com os sindicatos e garanta o pagamento integral da PLR.

A revolta dos bancários do HSBC com a PLR rebaixada levou o presidente do banco, Conrado Engel, a retirar o seu blog do ar. É que nas últimas semanas, centenas de funcionários da instituição acessaram a página do presidente na internet e deixaram comentários de protestos e indignação. O blog do presidente foi uma forma a mais que os funcionários encontraram para manifestar seus protestos. Mas, numa clara atitude antidemocrática de quem não consegue aceitar críticas, o Conrado Engel tirou seu blog do ar.

Assim que os bancários



Jailton Garcia / Seeb-SP

começaram a deixar recado no blog de Engel, o superintendente executivo do banco Alcides Ferreira escreveu mensagem no canal dizendo-se "indignado com todos aqueles que de alguma forma colocaram em dúvida a integridade, lisura e ética" da direção da empresa. Como os bancários não pararam de enviar mensagens, a primeira atitude do presidente do HSBC foi fechar o blog para comentários. Em seguida, preferiu tirar a página do ar.

Demissões previstas - O HSBC anunciou na terça-feira, dia 3/11, a dispensa de mais

de 1.700 empregados no Reino Unido, como parte da reestruturação da gerência da rede de agências e de suas operações com cartões bancários. Conforme notícia publicada, paralelamente ao anúncio das dispensas no Reino Unido correm boatos de que também estariam previstas demissões na rede brasileira.

"No Brasil foi diferente de outros países, onde o HSBC sofreu perdas. Aqui a instituição alcançou lucro de R\$ 2,1 bi. Por isso, nada justifica a confirmação desses boatos por aqui", afirma o diretor do SEEB/CE, Humberto Silva.

COMUNICADO

CNFBNB/Contraf-CUT esclarece sobre antecipação da PLR

Por solicitação da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT). O Ambiente de Gestão de Pessoas do BNB divulgou comunicado esclarecendo sobre a antecipação da primeira parcela da PLR de 2009. Em nota, o Banco explicou que o adiantamento da PLR segue a regra básica da Fenaban, limitada ao provisionado no balanço do primeiro semestre de 2009.

Isso significa a antecipação de forma linear para cada funcionário de 2% sobre o lucro

líquido do primeiro semestre (R\$ 462,29) mais 60% da parcela fixa (R\$ 614,00), acrescido de 8% da remuneração bruta relativo à parcela variável.

Como no total, o somatório das verbas não atinge os 54% acordados em nível de Fenaban, o Banco, por reivindicação da CNFBNB/Contraf-CUT concordou em complementar o adiantamento da PLR, através da concessão de 1/3 de um salário bruto de cada funcionário, valores creditados conjuntamente no último dia 6/11.

DICA CULTURAL

II Festival UFC de Cultura homenageia Patativa

Música, cinema, literatura, fotografia, artes plásticas, teatro e artesanato se integrarão de 9 a 13 de novembro. Durante esse período, será realizado o II Festival UFC de Cultura, que este ano homenageia Patativa do Assaré. Com o tema "Ecos Nordeste, Cultura e Desenvolvimento", o evento promete repetir o sucesso da primeira edição, ocorrida em maio do ano passado, unindo os três campi em três diferentes turnos em prol da tradição da cultura cearense.

Dentre a enorme programação, o poeta Patativa será lembrado em uma mostra no Museu de Arte da UFC (MAUC), com fotografias de Tiago Santana, xilogravuras de João Pedro e curadoria e textos do Diretor do MAUC, Pedro Eymar Barbosa. Além disso, será lançado o livro "100 anos de Patativa", uma coletânea de artigos acadêmicos sobre a vida e a obra de nosso mais importante poeta popular.

Os shows musicais são outro destaque do Festival. Já confirmaram presença atrações nacionais como Mundo Livre S/A, Spok Frevo Orquestra, Ítalo e Reno, Orquestra Eleazar de Carvalho, Daniel Gonzaga e Lucas Santana. Isso sem contar com apresentações de grupos regionais, como Groovytown, Samba de Rosas, Batuqueiros da Caravana Cultural, Poesia Remix, Banda Cabaçal Fulô da Aurora, Ibadã e Tambor das Marias, dentre vários outros.

Aberta ao público, toda a programação do Festival tem por objetivo resgatar a história e as artes tradicionais do Nordeste, além de dar visibilidade à produção contemporânea e, principalmente, proporcionar a integração entre a Universidade e a sociedade – um dos maiores desafios da UFC.

Por isso, o evento ainda abrirá espaço a debates sobre temas relevantes para o Ceará, trazendo grandes nomes da arte e do pensamento brasileiro. Para falar sobre "A Reconstrução das cidades nas metrópoles", foi convidado o arquiteto cearense Fausto Nilo. Já sobre "Desenvolvimento regional e microcrédito", o Presidente do Banco do Nordeste (BNB), Roberto Smith, proferirá palestra.

Os cinéfilos também poderão participar de uma programação exclusiva durante o Festival. Com o objetivo de reforçar o audiovisual no Estado, a Casa Amarela Eusélio Oliveira abrigará uma mostra de curtas e longas-metragens sobre o Nordeste, de autoria de diretores cearenses, pernambucanos, mineiros e cariocas. Além disso, serão realizadas oficinas (xilogravura e monotipia), lançamentos de livros, apresentações de dança e teatro de rua e muito mais.

SERVIÇO: Mais informações podem ser obtidas no site oficial do evento (www.festivalufcdcultura.ufc.br).



CÂMARA MUNICIPAL

SEEB/CE participa de evento junto ao Ministério do Trabalho e Emprego

Sindicatos de todo o Ceará e as centrais CUT, CTB, Força Sindical, UGT e CGTB participaram, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do seminário O Ministério do Trabalho e Emprego e o fortalecimento das entidades sindicais. O objetivo do evento, que aconteceu na Câmara Municipal de Fortaleza, era o estreitamento dos laços entre sindicatos – sejam laborais ou patronais – e o Estado. Estavam presentes à mesa o secretário executivo do MTE, André Figueiredo, o presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, o vereador Salmito Filho, o secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antônio de Medeiros, o superintendente regional do MTE, Papito de Oliveira, e o vereador Iraguassu Teixeira.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra, essa é mais uma oportunidade de o movimento sindical procurar o Ministério no sentido de proteger as entidades das práticas anti-sindicais patronais. Ele lembrou as dificuldades enfrentadas na última greve da categoria, durante o mês de setembro e outubro: "nós tivemos durante a greve dos bancários problemas sérios, interditos proibitórios, tentativas de ferir o direito constitucional de greve, problemas relacionados à contribuição assistencial, que sustenta a greve financeiramente, além de assédio moral". Carlos Eduardo



Drawlio Joca

O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, esteve presente ao evento que prestou homenagem à CUT

destaca a importância de garantir aos sindicatos, liberdade, autonomia e direito a livre associação.

Segundo o assessor de Relações de Trabalho da CUT Nacional, Cláudio de Oliveira, o diálogo buscado entre sindicatos e MTE tem sido realizado de maneira direta, porém ressalva que não é uma relação fácil, tem certa tensão. Cláudio disse que a CUT nacional tem disponibilizado os seus assessores para que ajustem a documentação dos sindicatos a fim de que se consiga a certidão sindical de forma mais rápida, para que se evite as frações de categorias, que muitas vezes ocorrem pela falta do conhecimento da lei.

Somente neste ano, foram expe-

didas 108 cartas sindicais, em todo o Brasil, enquanto mais de 1000 foram indeferidas, por questões de irregularidades, como as já citadas tentativas de fracionar categorias, desrespeitando assim a unicidade sindical. O Ceará conta com 456 sindicatos e 16 federações. Luiz Antônio de Medeiros, que proferiu palestra sobre a implantação do Sistema Integrado de Relações de Trabalho (SIRT) do MTE, destacou a importância do papel das instituições representativas dos trabalhadores: "O Sindicato para nós é sagrado. E nós queremos que seja forte e representativo", afirmou. Ao fim do evento, houve uma homenagem às centrais sindicais presentes.

CNFBNB estuda medida jurídica para que horas da greve compensadas antes do prazo sejam restituídas pelo Banco

A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) estuda, através do Departamento Jurídico do SEEB/CE, adoção de medida judicial visando obrigar o Banco do Nordeste a restituir as horas da greve compensadas antes do prazo acordado entre a instituição e as entidades representativas do funcionalismo.

Pelo acordo entre as partes, a compensação dos dias parados só poderia ocorrer após a assinatura do termo de ajuste cuja data ficou acertada para o próximo dia 11/11. A antecipação da compensação foi de pronto questionada pela coordenação da CNFBNB/Contraf-CUT, mas a direção do BNB manteve-se irredutível, alegando que a empresa precisava retomar suas operações de forma a recuperar

a lucratividade comprometida pela greve. Além do que, considerou em sua justificativa o fato de o Banco está antecipando as conquistas do acordo.

Para o coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT, Tomaz de Aquino, a justificativa não convence. Daí, ante o procedimento adotado unilateralmente pelo Banco no sentido de exigir a compensação antecipada das ausências dos empregados que fizeram a greve, procedimento esse que contraria expressamente o teor da proposta formulada pelo BNB para pôr fim à paralisação (**“compensação da greve – a compensação das ausências em decorrência da paralisação se dará a partir do dia posterior a assinatura do termo de ajuste conforme proposta já apresentada em**

mesa de negociação”), a CNFBNB/Contraf-CUT, por meio do Departamento Jurídico do SEEB/CE, estuda a propositura de uma medida judicial objetivando a restituição dos valores correspondentes aos dias trabalhados, contados a partir de compensação antecipada das ausências até a data da assinatura do termo de ajuste preliminar relativa ao Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010.

A CNFBNB/Contraf-CUT foi alertada pela assessoria jurídica que a decisão da Justiça pode ocorrer somente após o dia 11/11/2009 e não se pode garantir qual o seu teor, apesar de entender ser a medida judicial necessária. O esclarecimento se faz indispensável tendo em vista consequências que poderão advir caso o desfecho da ação seja desfavorável.

CONQUISTA

Bancos começam a receber pedidos de ampliação da licença-maternidade

Após pressão da Contraf-CUT e dos Sindicatos, os bancos começaram a receber pedidos de bancárias para a ampliação da licença-maternidade para 180 dias. Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC e Citibank já aceitam manifestações de funcionários que estão em gozo dessa licença, cuja extensão em dois meses foi conquistada durante a Campanha Nacional 2009.

A opção deve ser feita até 17 deste mês de novembro, ou seja, um mês após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2010.

De acordo com a lei, para ter

direito aos seis meses de licença, as trabalhadoras devem fazer a solicitação no primeiro mês após o nascimento do bebê.

Além disso, o banco deve fazer adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. A concessão da ampliação da licença-maternidade pelos bancos está condicionada à isenção fiscal. O tema irá para votação no Orçamento da União, no Congresso Nacional, agora em dezembro, em Brasília. Se for aprovado, os bancos terão incentivo fiscal a partir de janeiro de 2010.

A ampliação da licença mater-

nidade é uma conquista da sociedade, pois trata-se dos cuidados e da saúde dos filhos que devem ser responsabilidade de todos, porém sabe-se que nos primeiros seis meses de vida a presença da mãe é imprescindível.

A ampliação da licença-maternidade é uma bandeira antiga das trabalhadoras e já havia sido conquistada no Banco do Brasil, Nossa Caixa, Caixa Federal, VR, BNB, ING e Rendimento. Há comprovações científicas de que crianças que recebem o leite materno até os seis meses são mais saudáveis na idade adulta.

ACUMULADO

Aumentam lucros dos bancos e trabalhadores reivindicam sua parte

O Bradesco divulgou na quarta, 4/11, o lucro líquido acumulado no ano de R\$ 5,831 bilhões, crescimento de 0,2% na comparação com o lucro líquido ajustado dos nove primeiros meses de 2008. Já no terceiro trimestre do ano foi registrado um lucro líquido de R\$ 1,811 bilhão, valor aproximado ao igual período de 2008. Os ativos totais em setembro de 2009 chegaram a R\$ 485,686 bilhões, crescimento de 14,9% em relação a igual mês do ano passado.

Para o funcionário do banco e diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Telmo Nunes, "o grande lucro conseguido pelo Bradesco e construído com a participação dos bancários demonstra que o banco possui totais condições de atender as reivindicações dos trabalhadores". "Houve evolução do lucro anual e dos ativos totais, só resta agora incluir os bancários nos planos da empresa, valorizando cada um dos cerca de 70 mil funcionários", completou Nunes.

Para Ribamar Pacheco, representante da FETEC/NE na COE Itaú, com um lucro recorrente de cerca de R\$ 8 bilhões entre janeiro e setembro de 2009, o banco não tem como deixar de atender as reivindicações específicas de seus funcionários, que diz respeito a isonomia dos direitos e benefícios. Segundo Pacheco, "além destes temas, a COE do banco está discutindo também melhorias no plano de saúde, ampliação dos benefícios, garantia do emprego e a remuneração".

Os ativos totais aumentaram 53,7%, para R\$ 612,398 bilhões, e o resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 24,245 bilhões, com alta de 107,43%. O resultado operacional somou R\$ 14,487 bilhões, com crescimento de 85,32%.

ITAÚ UNIBANCO – O Itaú Uni-

UNIBANCO

Em negociação bancários cobram igualdade de direitos após fusão

O piso de escriturários e caixas do Unibanco receberá este mês um aumento de mais de 6% por conta da equiparação salarial com os bancários do Itaú. A conquista foi garantida durante negociação entre Contraf-CUT e a empresa ocorrida no último dia 3/11, em São Paulo, em que os dirigentes sindicais cobraram mais uma vez igualdade de direitos entre os trabalhadores dos dois bancos no processo de fusão.

O salário inicial dos escriturários do Unibanco passará de R\$ 1.089,49 para R\$ 1.156,50, valor pago no Itaú, o que equivale a um reajuste de 6,15%. No caso do piso dos caixas do Unibanco, o valor subirá de R\$ 1.538,98 para R\$ 1.634,63, representando ganho de 6,21%.

O banco também anunciou a isenção das tarifas, que será es-

tendida aos bancários originários do Unibanco. No caso dos juros do cheque especial, também será adotada a taxa praticada hoje no Itaú, a mais baixa entre as duas. Já as taxas de crédito imobiliário seguirão os valores vigentes no Unibanco, também os mais baixos.

PLANO DE SAÚDE – Outra discussão importante girou em torno da unificação do plano de saúde. Os trabalhadores discutiram com o banco a elaboração de uma proposta que será depois apreciada pelos trabalhadores em assembleias para a construção de um acordo coletivo sobre o tema. Uma nova rodada de negociação foi marcada para o próximo dia 16/11. Serão discutidos outros pontos da equiparação de direitos para os funcionários dos dois bancos.

TOUROS

TOQUES

ALIMENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste) testou dez marcas de macarrão instantâneo e constatou que as quantidades de sódio e gordura estão acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por outras sociedades médicas. Segundo a coordenadora do estudo, Maria Inês Dolci, os altos índices de gordura são consequência da fritura que o macarrão instantâneo é submetido para que possa ser cozido rapidamente depois.

FINANCIAMENTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na última semana, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar carros elétricos para catadores de material reciclável. Durante a Expo Catadores, Lula disse que o presidente do BNDES está disposto a financiar os carrinhos, que são desenvolvidos pela Usina de Itaipu. O presidente disse ainda que a intenção é que os carrinhos substituam as carroças que os catadores puxam com as próprias mãos.

“Nas propagandas sobre o serviço, agora, as instituições enaltecem as vantagens do DDA em poupar papel, gráfica... Se existe essa economia, por que o consumidor será punido? Já não é barato ser cliente bancário hoje em dia”

afirmou a coordenadora institucional de defesa do consumidor Pro Teste, Maria Inês Dolci em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo.

CONCURSO

A Universidade Federal do Ceará (UFC) abre concurso para professor assistente, adjunto e substituto. Há vaga para Professor Assistente do Departamento de Teleinformática, referente ao setor de estudo “Instrumentação e Controle”. As inscrições podem ser feitas até o dia 11/11. A universidade oferece também vaga para Professor Adjunto no Departamento de Química Orgânica e Inorgânica. Há, ainda, vaga para Professor Substituto do Departamento de Letras Estrangeiras. Mais informações no site www.srh.ufc.br/editais.htm.

DATA: _____

RUBRICA: _____

POSTAL EM _____

REINTEGRADO AO SERVIÇO _____

PORTADOR DO SÍNDICO _____

INFORMAÇÃO PRESTADA PELO _____

OUTROS: _____

NÃO PROCURADO _____

AUSENTE _____

RECUSADO _____

DESCONHECIDO _____

FALECIDO _____

NÃO EXISTE O Nº INDICADO _____

ENDEREÇO INSUFICIENTE _____

MUDOU-SE _____

CORREIOS

9912180326-DR/CE

SIND. DOS BANCÁRIOS

Postal

Mala Direta

CORREIOS

DEVOLUÇÃO

GARANTIDA